

PESQUISAS SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: POSSÍVEIS INTERSECÇÕES

Renata Tavares de Brito Falleti

Palavras-chave: Direitos Humanos; Educação em Direitos Humanos (EDH); Formação de Professores.

INTRODUÇÃO

O trabalho em questão faz referência à pesquisa de mestrado que tem portítulo “A Educação em Direitos Humanos na/para a formação de professores”, se encontra em momento de levantamento de dados, o que consiste na identificação de trabalhos publicados na Associação Nacional de Pós- Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), provenientes de investigações acerca da formação de professores e as possíveis intersecções com os Direitos Humanos (DH), como sendo uma das orientações que compõem as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação em Direitos Humanos, Brasil (2012). A pesquisa está vinculada à linha de pesquisa “Formação, Profissionalização Docente e Trabalho Educativo” do PPGE/FE/UFG.

Pretende-se realizar a investigação acerca dos Direitos Humanos (DH) na formação e profissionalização docente, considerando os discursos e as tensões imbricados na universidade contemporânea, pois que constitui o principal espaço de formação inicial docente (CHAUÍ, 2003; 2014).

OS DIREITOS HUMANOS

Os DH tratam-se de uma área ampla e complexa, sendo tema recorrente nos dias de hoje, por resguardar em seus princípios a defesa pelas condições básicas de vida do ser humano, pautadas em dignidade e nas liberdades fundamentais. Os DH estão presentes em notícias veiculadas na mídia, nos planos de governo, nas políticas educacionais, nas discussões das mais diversas e em diferentes âmbitos institucionais, o que muitas das vezes estão relacionadas à violação dos direitos. Para abordar a temática em questão, torna-se importante ampliar o olhar sobre o

momento histórico e o que as diferentes áreas podem contribuir para pensar sobre a garantia e efetivação dos direitos fundamentais. (BERTOLDI; SPOSATO, 2011).

Direito, de modo geral, constitui uma ciência social que estuda as normas estabelecidas para regular o funcionamento da sociedade; no caso do tema aqui delimitado, o direito está relacionado aos princípios constitucionais inerentes a toda e qualquer pessoa humana, independente de gênero, religião, classe social, etnia ou nacionalidade e que cada uma deve reivindicar, por serem princípios de justiça e por constarem como garantias legais estabelecidas para essa finalidade, a partir da promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH).

CONSIDERAÇÕES SOBRE A PESQUISA: EDH E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Partindo da compreensão de que os processos educacionais e a formação docente são influenciados em grande medida pelo contexto histórico, pela realidade e condições concretas de existência, pode-se afirmar que o momento atual, da pandemia causada pela COVID-19 tem fomentado a discussão acerca dos DH fundamentais. São indícios do momento em que vivemos, o aumento e/ou a evidência das desigualdades econômicas e conseqüentemente, sociais e culturais; a exacerbação de preconceitos, normalização de práticas racistas e excludentes (SANTOS, 2020). Diante disso, a presente pesquisa parece revelar a urgência de se pensar nas possíveis intersecções entre o contexto atual, os movimentos sociais, a Educação em Direitos Humanos (EDH) e a forma como se relaciona com a formação de professores (CANDAU, 2003; 2011).

Considerando a importância do professor, como referência fundamental da formação do estudante nos processos educativos, como agente sociocultural e político (CANDAU, 2013), e ainda, a centralidade que lhe é conferida nos últimos anos, tanto como alvo do apontamento das falhas e responsabilização pelo baixo desempenho da escola (SAVIANI, 2011), quanto pela centralidade que assume nas reformas educacionais, claramente a serviço das exigências e lógica neoliberal do Banco Mundial e outros organismos, e que incidem diretamente sobre o processo de formação e profissionalização docente (GOMIDE ; BALL, 2002; BALL, 2012; TELLO, 2012; SHIROMA, 2018).

Levando em conta também as contradições entre os documentos que preveem uma formação docente capaz de atuar em contextos socioculturais específicos, no caso do Brasil e, em contrapartida, o que se espera do profissional da educação, a partir de um sistema de gestão e avaliação do trabalho docente homogêneo e com base em indicadores neoliberais: individualidade, competitividade, produtividade. Como tem se relacionado a EDH à realidade da formação de professores, e quais os enfoques sobre os conceitos de DH, diversidade e diferença, no processo de profissionalização docente? Estes compõem elementos a serem investigados. Nesse sentido, o problema que emerge nesse contexto está relacionado à seguinte questão: Quais os sentidos sobre a educação em direitos humanos compõem as pesquisas de formação de professores?

A intenção de investigar a Educação em Direitos Humanos emerge das preocupações com os rumos dos processos educativos na contemporaneidade. Há um jogo de forças e interesses postos nos sentidos discursivos que também compõem as políticas e documentos que regulamentam a educação contemporânea nos mais diferentes âmbitos, em especial e no caso deste projeto de pesquisa, busca compreender as políticas de Educação em Direitos Humanos expressas em pesquisas publicadas na ANPEd.

Compreender o teor da EDH presente nas regulamentações do Estado e que influenciam decisivamente na formação dos/as professores/as no âmbito da universidade pública, e conseqüentemente na sua profissionalização, sobre as quais recaem a obrigatoriedade de atuar em diferentes contextos socioculturais, respeitando a diversidade e a diferença, o que requer dois aspectos relevantes a serem investigados: quais sentidos compõem as políticas e como estas vem se estabelecendo nos espaços de formação.

Esse estudo se justifica, portanto, pela necessidade de perceber a formação em EDH com todo o rigor e complexidade, o que se confere na abordagem delineada pela epistemologia da práxis (MAGALHÃES; SOUZA, 2018), na mesma medida em que se exige coerência teórico-metodológicas do trabalho docente e do processo educativo em contextos de diversidade, de vulnerabilidade social e de negligência aos DH.

O interesse pela temática associa-se a inquietações acerca do que há instituído na área (COMPARATO, 2007; LAFER, 1988) e de como permeiam a formação de professores. Há um jogo de forças e interesses postos nos sentidos

discursivos que perpassam as políticas e documentos que regulamentam a educação contemporânea nos mais diferentes âmbitos. Nossa questão se situa em investigar quais sentidos discursivos compõem as políticas de EDH e como estas vem se estabelecendo nos espaços de formação? Pretendemos assim, identificar e compreender quais as perspectivas e sentidos sobre a EDH estão presentes nas políticas de formação de professores e como se expressam no campo da pesquisa educacional no Brasil. Para tanto, vamos realizar revisão bibliográfica acerca da EDH; análise documental das políticas de EDH em relação à formação de professores e levantamento dos trabalhos publicados na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) sobre a temática, nos últimos cinco anos, para a compreensão dos sentidos discursivos. A pesquisa está em processo, tem caráter qualitativo; assume o Materialismo Histórico-Dialético (MHD) como método, em diálogo com os procedimentos metodológicos da Pesquisa Bibliográfica. Espera-se uma compreensão maior da realidade investigada no decorrer e na conclusão da pesquisa, do mesmo modo que apontar caminhos possíveis que contribuam para a reflexão sobre a EDH na formação docente.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, M. V. Educação em direitos humanos: de que se trata? In: BARBOSA, R. L. L. B. (Org.). **Formação de educadores**: desafios e perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 2003. p. 309-318.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jul 1990.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Plano Mundial de Educação para Todos**. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos, 2005.

BRASIL. **Programa Nacional de Educação em Direitos Humanos**, decreto n. 7037, 2006.

_____. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2003.

_____. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2006.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação**. Brasília: MEC, SEB, 2010a.

_____. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos**. Brasília: MEC/CNE, 2012.

_____. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2013.

CANAU, V. M.; SCAVINO, S. (Org.). **Educar em direitos humanos: construindo democracia**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

_____. et al. **Oficinas pedagógicas de direitos humanos**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

_____. Educação em Direitos Humanos e formação de professores/as. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

CARBONARI, P. C. Educação popular em Direitos Humanos: aproximações e comentários ao PNEDH. In: SILVA, A. M. M.; TAVARES, C. (Org.). **Políticas e fundamentos da Educação em Direitos Humanos**. São Paulo: Cortez, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. Cap. 6. p.69-90. In: FAZENDA, Ivani (Org.) **Metodologia da pesquisa Educacional**. São Paulo: Cortez, 2000.

RANIERI, N. B. S. **Direito à educação e direitos na educação em perspectiva interdisciplinar**. São Paulo: Cátedra UNESCO de Direito à Educação/Universidade de São Paulo (USP), 2018.